



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira 132**  
**Terceira Câmara Criminal**

**HABEAS CORPUS Nº: 0203204-4**

**AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 213.2009.001712-8**

**COMARCA** : Caruaru – Vara do Tribunal do Júri  
**IMPETRANTES** : Arinaldo Tavares dos Santos e Arinaldo  
Tavares dos Santos Júnior  
**PACIENTE** : Adilson Menezes Santos  
**PROCURADOR** : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti  
**RELATORA** : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira

**EMENTA:**

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. REPRESENTAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA PELA AUTORIDADE POLICIAL. DECRETAÇÃO. ALEGAÇÃO DE FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DO INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE REVOGAÇÃO. INOCORRÊNCIA. DECISÃO LASTREADA NO FATO DE PERSISTIR A CIRCUNSTÂNCIA CONCRETA QUE MOTIVOU O DECRETO PRISIONAL CONSUBSTANCIADA NA FUGA DA PACIENTE DO DISTRITO DA CULPA.. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. PARA SALVAGUARDAR A CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E PARA GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL.. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – A primariedade, os bons antecedentes e a profissão definida, por si só, não ilidem a necessidade da custódia cautelar, quando restar devidamente demonstrado, *in concreto*, que persistem os motivos autorizadores da medida constritiva, nos termos do art.312, do C.P.P., tendo em vista o fato de o paciente permanecer foragido do distrito da culpa, circunstância que, por si só, justifica a manutenção da ordem de prisão preventiva por conveniência da instrução criminal e para garantia da aplicação da lei penal.

II – Ordem denegada. Decisão unânime.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

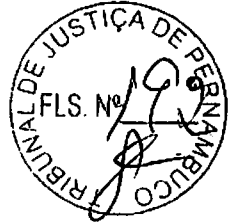
133

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº **203204-4** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade**, em **denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 06 de Janeiro de 2010

  
Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira  
Presidente/Relatora



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

134

**HABEAS CORPUS Nº: 0203204-4**  
**AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 213.2009.001712-8**  
**COMARCA** : Caruaru – Vara do Tribunal do Júri  
**IMPETRANTES** : Arinaldo Tavares dos Santos e Arinaldo  
Tavares dos Santos Júnior  
**PACIENTE** : Adilson Menezes Santos  
**PROCURADOR** : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti  
**RELATORA** : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira

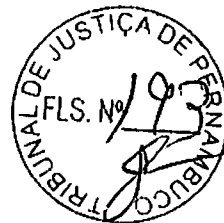
**RELATÓRIO**

---

Os beis. **Arinaldo Tavares dos Santos e Arinaldo Tavares dos Santos Júnior** impetraram ordem de *Habeas Corpus* preventivo, com pretensão liminar, em favor de **ADILSON MENEZES SANTOS**, devidamente qualificado na atrial (fls. 02), alegando que o mesmo está sofrendo constrangimento ilegal em virtude do indeferimento de pedido de revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do paciente e de **José Antônio Santos**, em face de Representação Policial formulada no âmbito do Inquérito Criminal nº **213.2009.001712-8**, instaurado para apurar a morte de **Luiz Barbosa de Lima**, ao argumento de que a aludida ordem prisional carece de fundamentação.

Além disso, os impetrantes, após tecerem análise sobre os depoimentos testemunhais colhidos no curso do procedimento investigatório, aduzem inexistir indício suficiente de autoria e, conseqüentemente, motivo para a manutenção da custódia cautelar ora impugnada.

À inicial foram acostados documentos de fls.20/162.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

135

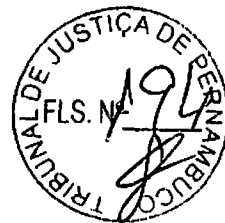
Às fls. 168/169, indeferi o provimento interino vindicado na atriál, solicitando informações à autoridade coatora, que as prestou às fls.173/175.

Instada a se manifestar, a douda Procuradoria de Justiça, através do parecer de fls.179/181, da lavra do Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, opinou pela denegação da ordem.

Está feito o relatório.

Recife, 06 de Janeiro de 2010

  
**Desª. Alderita Ramos de Oliveira**  
**Relatora**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira** 136  
**Terceira Câmara Criminal**

**HABEAS CORPUS Nº: 0203204-4**

**AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 213.2009.001712-8**

**COMARCA** : Caruaru – Vara do Tribunal do Júri  
**IMPETRANTES** : Arinaldo Tavares dos Santos e Arinaldo  
Tavares dos Santos Júnior  
**PACIENTE** : Adilson Menezes Santos  
**PROCURADOR** : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti  
**RELATORA** : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira

**VOTO**

---

Trata-se de *habaes corpus* liberatório que se insurge contra a prisão preventiva da paciente decretada em face de representação da autoridade policial, ao argumento de que o MM. Juiz *a quo*, ao indeferir o pedido de revogação da segregação cautelar do investigado antes decretada, não indicou elemento concreto que configure qualquer das hipóteses autorizadoras previstas no art.312 do CPP, restringindo-se apenas em invocar a gravidade subsumida no próprio tipo penal.

Em suas razões, os defensores do acusado argüem que o mesmo é primário e de bons antecedentes, além de possuir residência fixa, condições pessoais que lhe conferem o direito à liberdade provisória, o que recomenda a não decretação da custódia cautelar.

Observo que o Julgador da instância primária, proferiu decisão sob os fundamentos seguintes(fl.s.159):

“(...) Peticionaram JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS e ADILSON MENEZES SANTOS no sentido da revogação de sua prisão preventiva, a fim de que acompanhem em liberdade a tramitação do feito. O primeiro, alternativamente, acena com a prisão domiciliar, a par de seu precário estado de saúde, e com o recolhimento



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira 137**  
**Terceira Câmara Criminal**

*especial, dada sua condição de policial militar da reserva remunerada. Invocam no petítório não tencionar furtar-se da aplicação da lei penal, tanto que somente se ausentaram da cidade após sabedores do decreto construtivo, alegam não apresentar periculosidade, e apontam-se portadores de endereço conhecido e atividade profissional lícita, de sorte a concluir-se que sua segregação não é necessária à salvaguarda da ordem pública, à garantia da instrução criminal ou ao zelo para com a aplicação da lei penal, nem contribui para o célere julgamento. Com vista para o opinativo de estilo, posiciona-se a representante do Ministério Público contrariamente à postulação, forte em que o lastro do decreto construtivo continua válido. Fundamento e decido.*

*• Proclama o requerimento que os acusados não se empenham em subtrair-se ao alcance da Justiça. **O argumento não convence. Acham-se foragidos do distrito da culpa. Desse modo, observa-se que o comportamento dos requerentes, abstendo-se de comunicar ao Juízo processante seu paradeiro, fez procrastinar-se o feito e compromete severamente a aplicação da lei penal ao caso concreto.** Assim, presentes os pressupostos que dão suporte à custódia preventiva de JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS e ADILSON MENEZES SANTOS, que ora mantenho, indeferindo a postulação revogatória. Ao primeiro somente poderá ser examinado o pleito de segregação domiciliar quando capturado, assim viabilizando a análise de sua situação por profissional habilitado (...). **(NEGRITEI)***

Conforme se depreende da decisão impugnada, persiste o motivo que deu lastro ao decreto preventivo, tendo em vista que os pacientes permanecem foragidos do distrito da culpa, de onde se ausentaram após o cometimento do delito *sub examinen*, do qual são suspeitos de serem os autores, circunstância que, a meu ver, revela-se suficiente para a manutenção da custódia cautelar por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira 138**  
**Terceira Câmara Criminal**

Sobre o tema, o Pretório Excelso tem decidido no sentido de que:

*“É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que a fuga do réu logo após o cometimento do crime e antes da decretação da prisão preventiva é motivo bastante para a medida constritiva, justificada pela conveniência da instrução criminal e garantia da aplicação da lei penal (...) Ordem denegada.”* (HC 96006, Relator(a): Min. MENEZES DIREITO, Primeira Turma, julgado em 03/02/2009, DJ-043 DIVULG 05-03-2009 PUBLIC 06-03-2009 EMENT VOL-02351-04 PP-00776)

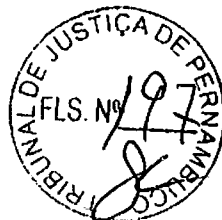
No mesmo sentido, o Colendo Superior Tribunal de Justiça sedimentou entendimento, a saber:

*“A liberdade do réu representaria risco concreto à aplicação da lei penal, pois evidenciada a sua intenção de se furtar à incidência da norma punitiva com a fuga do distrito da culpa, o que é suficiente para obstar a revogação da custódia. Precedente. Ordem parcialmente conhecida e denegada.”* (HC 51.464/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 12.09.2006, DJ 09.10.2006 p. 321)

Cumpra esclarecer que as condições pessoais favoráveis, ora referidas, não têm o condão de, por si sós, garantirem aos pacientes a revogação da medida constritiva combatida se há, nos autos, elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**



139

Nesse sentido, socorre-nos julgado, do teor seguinte:

*"Condições pessoais favoráveis do agente não inviabilizam a prisão preventiva, se a manutenção da custódia encontra respaldo em outros elementos dos autos. Recurso parcialmente conhecido e desprovido." (RHC 20.092/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 26.09.2006, DJ 23.10.2006 p. 328)*

Isto posto, em consonância com o posicionamento ministerial, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife – PE, 06 de Janeiro de 2010

  
**Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira**  
**Relatora**